

## HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JEQUIÉ-BA (1962-1977)<sup>1</sup>

### HISTORY OF THE IMPLEMENTATION OF HIGHER EDUCATION IN JEQUIÉ-BA (1962-1977)

Cleide Selma Pereira dos Santos<sup>i</sup>

Janice Cassia Lando<sup>ii</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise histórica do processo de implantação da Faculdade de Formação de Professores de Jequié (1962-1977). O recorte temporal indica o ano da lei que estabeleceu sua criação, e o ano em que suas atividades se iniciaram. Essa escrita se fundamenta na História cultural, na perspectiva de Chartier (2002); utiliza a concepção de reformas escolares de Viñao Frago (2006); além da história oral temática, conforme propõem Meihy e Holanda (2020). A citada faculdade emergiu em um contexto de reformas educacionais e foi responsável pela formação do professor polivalente para atuar no ensino de 1.º grau.

**Palavras-chave:** Escolas de Formação de Professores. Formação Docente. História Cultural. História Oral.

**ABSTRACT:** This article presents a historical analysis of the implantation process of the Jequié Teacher Training College (1962-1977). The time frame indicates the year of the law that established its creation, and the year in which its activities began. This paper is based on Chartier's perspective on Cultural History (2002); it uses Viñao Frago's (2006) conception of school reforms; in addition to thematic oral history, as proposed by Meihy and Holanda (2020). The aforementioned college emerged in a context of educational reforms and was responsible for training multipurpose teachers to work in primary education.

<sup>1</sup> Este trabalho trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Científica e Formação de Professores. O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CAAE n.º 62569822.7.0000.0055 e parecer n.º 5.628.594).

**Keywords:** Teacher Training Schools. Teacher Training. Cultural History. Oral History.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado, proposta por reconhecer a importância da história de formação de professores para o ensino de matemática, em especial no âmbito da Bahia; por conter poucas pesquisas nessa perspectiva; e por considerar as especificidades das práticas culturais para o processo de produção do conhecimento histórico. A pesquisa em questão busca investigar historicamente a formação pedagógica para o ensino de matemática ofertada aos estudantes do Curso de Licenciatura Curta em Ciências da Faculdade de Formação de Professores de Jequié (FFPJ), a qual posteriormente veio a se tornar o *campus* Jequié da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Um de seus objetivos foi investigar historicamente o processo de implantação da FFPJ em Jequié, com enfoque nos aspectos econômicos, sociais, políticos e educacionais do contexto da época, bem como o papel desempenhado pelos personagens históricos envolvidos nesse processo. Para este artigo, objetivamos apresentar uma análise histórica da gênese da FFPJ. O recorte temporal abrange o ano 1962, quando foi promulgada a Lei n.º 1802, que estabeleceu a criação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em cidades do interior da Bahia, entre as quais estava Jequié<sup>2</sup>; até o ano 1977, quando, efetivamente, tiveram início as atividades acadêmicas na FFPJ.

As Licenciaturas Curtas surgiram, na década de 1960, em caráter experimental e emergencial, com o objetivo, de em um período curto de tempo e com um baixo custo financeiro, formar o professor polivalente para o ensino de matemática e outras disciplinas no ensino de grau médio<sup>3</sup>. Esses cursos foram criados em virtude das demandas advindas do crescimento significativo do nível de escolaridade da população; da expansão da escolarização do nível de 1.º grau, sem uma devida política de formação docente que contemplasse às exigências educacionais do Brasil; bem como, diante da necessidade de expandir o ensino superior para atender às aspirações da classe média, a qual, em especial por meio dos movimentos estudantis, pressionava o governo para atender a esse anseio (FERREIRA, 1983; NASCIMENTO, 2012).

Neste artigo, para uma melhor compreensão dos fatores que contribuíram para a expansão dos Cursos de Licenciaturas Curtas no Brasil e sua oferta em Jequié, apresentamos uma discussão sobre a expansão do ensino superior no Brasil; sobre os cursos de Licenciaturas Curtas, sob a égide do

---

<sup>2</sup> Embora esta lei designe como Faculdades de Filosofia, as que foram criadas receberam a denominação de Faculdades de Formação de Professores.

<sup>3</sup> Essa nomenclatura era adotada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. O grau médio abrangia o ginásio e o colegial. Com a Lei n.º 5692, de 1971, a educação básica passou a ser dividida em 1.º e 2.º graus. A citada lei estabeleceu, em seu artigo 30, que a exigência mínima para o exercício do magistério no ensino de 1.º grau (1.ª à 8.ª séries) seria a habilitação específica de grau superior, representada por licenciatura de 1.º grau obtida em curso de curta duração, ou seja, Licenciatura curta.

desenvolvimento econômico; e o processo de implantação da FFPJ, na qual foi ofertado o Curso de Licenciatura Curta em Ciências de Jequié.

Este texto trata de uma escrita histórica, realizada na perspectiva da história cultural, concebida por Roger Chartier (2002); fundamenta-se na concepção de reformas escolares, de Antonio Viñao Frago (2002); além de utilizar a história oral temática, segundo propõem Meihy e Holanda (2020).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Segundo Chartier (2002), a definição de história cultural deve ser pensada a partir do trabalho de análise das representações e de um estudo sobre as práticas que plural e contraditoriamente dão significado ao mundo. Para Chartier (2002), as representações e as práticas culturais estão imbricadas. As representações produzem práticas culturais e vice-versa, ambas se constituem a partir das percepções do social. Chartier (2002) também indica a necessidade da análise das apropriações, as quais se prendem às práticas, bem como o reconhecimento de que a apropriação cultural se faz a partir de formas diferenciadas de interpretação.

Nessa perspectiva de escrita histórica, faremos uso da concepção de Reforma Educacional, concebida por Viñao Frago (2002), que possui uma abordagem que comunga com o que defende Chartier (2002), no que diz respeito ao conceito de práticas e representações.

Segundo Viñao Frago (2002), apoiado em outros autores, embora o termo Reforma Educativa remeta a mudanças, isso não significa dizer que elas são sempre significativas, benéficas para o sistema educacional, pois as reformas podem ocorrer em um movimento pendular de avanços e retrocessos, sem alterar o que, de fato, acontece nas instituições de ensino. Elas até podem apresentar boas intenções, entretanto não serem efetivadas na prática ou se constituírem em um elemento de distração no intuito de esconder a ausência de uma política de melhorias efetivas. Elas podem, inclusive, ocultar uma política de exclusão cultural, econômica e social.

Para a produção das fontes orais desta pesquisa, adotamos a história oral temática numa perspectiva histórica, de acordo com o que propõem Meihy e Holanda (2020, p. 39), para os quais “trabalhos de história oral temática se dispõem à discussão em torno de um assunto central definido”.

Segundo os supracitados autores, a história oral temática apresenta caráter documental, em virtude das entrevistas, que, apesar de abrigarem subjetividades, exibem maiores possibilidades de diálogos, debates e discussões capazes de apontar opiniões diversas em torno de um tema específico.

Os entrevistados foram alunas e professores do Curso de Licenciatura Curta em Ciências, de Jequié, os quais previamente assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e uma autorização para coleta de depoimentos e imagens. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado de perguntas. Os depoimentos concedidos passaram por um processo de transcrição absoluta. Em seguida, os depoentes puderam analisar essa transcrição e fazer acréscimos, retirar trechos ou alterar a escrita; e por fim, eles analisaram o texto final e autorizaram a sua utilização.

Em nossa pesquisa, considerando o que propõe Chartier (2002), como o enfoque é dado sobre as memórias coletivas, cruzamos as fontes documentais, as pesquisas científicas e as histórias individuais de professores e alunas do Curso de Licenciatura Curta da FFPJ, a fim de fundamentar a escrita histórica.

Neste texto, valemo-nos do depoimento de Maria Telma Souza Gargano, – discente da primeira turma do curso – e dos depoimentos dos professores da FFPJ, Carlos Alberto Andrade Freitas, Jorge Barros e Rui Macêdo, esses dois últimos aposentados. Além de um trecho do depoimento de Magnólia França Farias, ex-discente do Curso Normal do Instituto de Educação Regis Pacheco (IERP), também localizado em Jequié.

Os documentos para esta produção foram: jornais, livro contendo depoimentos de professores da FFPJ<sup>4</sup>, leis, livros sobre a história de Jequié e outros relacionados à temática em discussão em conformidade ao que propõem os parâmetros metodológicos da história cultural. Assim, a análise foi realizada a luz dos conceitos desenvolvidos pelos autores supracitados.

### **3 O CURSO DE LICENCIATURA CURTA EM CIÊNCIAS DE JEQUIÉ NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

#### **3.1 Expansão do Ensino Superior no Brasil**

A educação brasileira passou, ao longo de sua história, por inúmeras reformas, muitas delas propuseram mudanças na formação de professores, tendo em vista alcançar os objetivos propostos para o ensino das diversas disciplinas, entre elas a matemática. Segundo Romanelli (2005), a partir dos anos 1930, ocorreram mudanças significativas na estrutura do sistema educacional brasileiro, em decorrência das demandas da nova estrutura social, em especial das exigências da classe média por escolarização que ganhou força no contexto decorrente do processo de industrialização após a I guerra mundial, acentuado depois de 1930.

Dentre as medidas adotadas para o ensino na década de 1930, houve a criação das Faculdades de Filosofia (FF), com a dupla finalidade de formar o bacharel especialista em todos os ramos do saber e os licenciados para ensinar no ensino secundário. Tais faculdades se concentravam nos grandes centros urbanos, o que dificultava o acesso das pessoas que moravam no interior e não tinham condições de custear as despesas de locomoção e hospedagem (FERREIRA, 1983; NASCIMENTO, 2012).

Na Bahia, de acordo com Lando (2012), a Faculdade de Filosofia da Bahia (FFBa) foi criada em 1941, sob o protagonismo de Isaías Alves, idealizador dessa faculdade. Segundo a supracitada autora, ele, na época em que exercia o cargo de Secretário da Educação e Saúde da Bahia, retomou as atividades

---

<sup>4</sup> Este livro foi organizado pela professora Elzir da Costa Vilas Bôas e foi constituído por um conjunto de depoimentos orais e escritos de professores, alunos e técnicos administrativos que vivenciaram o processo de construção da FFPJ/UESB. Entretanto, tais depoimentos não foram analisados pela referida professora.

da Liga da Educação<sup>5</sup>, em 1940, a qual aprovou a criação da citada faculdade em 1941. Em 1946, a FFBa se tornou uma das unidades da Universidade da Bahia, passando a ser denominada Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Antes dessa faculdade foram criadas a Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1934, e a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, em 1939. (LANDO, 2012).

Em consonância ao que pontuam Ferreira (1983) e Nascimento (2012), Lima, Freire e Lando (2017, p. 01) assinalam que “a formação de professores de matemática em nível superior na Bahia até o final da década de 1960 se concentrava na capital, mais especificamente, na Faculdade de Filosofia da Bahia”, uma instituição pensada para profissionalizar o magistério secundário. Contudo, a formação em tal faculdade era apenas um sonho distante para as pessoas menos favorecidas e moradoras no interior do estado, devido à sua localização.

Diante da incapacidade de o número ínfimo de Faculdades de Filosofia atender à grande demanda de formação de professores, especialmente no interior do estado, na década de 1940 foram admitidos ao exercício da docência no ensino secundário professores que se submetessem aos exames de suficiência<sup>6</sup>. (FERREIRA, 1983).

Na década seguinte, foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), no âmbito da Diretoria do Ensino Secundário, pelo Decreto n.º 34638, de 17 de novembro de 1953, no intuito de prover professores com um mínimo de qualificação para o ensino secundário. A Lei n.º 2430, de 19 de fevereiro de 1955, estabeleceu que os exames de suficiência para o exercício do magistério nos cursos secundários ficariam sob a responsabilidade da CADES. (FERREIRA, 1983). Como lembra Lando (2012), até 1957 já haviam sido criadas 62 FF no Brasil, inclusive a da Bahia.

Podemos inferir que os exames de suficiência, bem como os cursos da CADES, conforme pontua Viñao Frago (2002), apresentaram boas intenções, criados para tentar mitigar um problema, sem, contudo, contribuir de forma efetiva para a sua solução.

Somando-se a essas questões, havia ainda o problema dos excedentes, ou seja, um grande quantitativo de jovens que, embora obtivesse a nota mínima no exame de ingresso no ensino superior, não podia entrar na universidade, pois faltavam vagas. Isso ocorria porque, até a Reforma Universitária em 1968, os vestibulares eram classificatórios. A aprovação se dava com base na obtenção de uma nota mínima, o que acarretava um número maior de aprovados em relação ao quantitativo de vagas disponíveis. Esse problema contribuía para recrudescer a crise estudantil, que pressionava o governo, dentre outras reivindicações, pela ampliação do número de vagas ofertadas nas universidades, autonomia universitária, representação docente e discente na administração das universidades,

---

<sup>5</sup> Segundo Janice Lando (2012), a Liga de Educação Cívica foi uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1903, com a finalidade de estimular e propagar o ensino e a Educação cívica. Essa instituição funcionou ativamente até 1907 e retomou suas atividades a partir de 1940.

<sup>6</sup> De acordo com o Decreto n.º 8777 de 1946, esses exames eram constituídos por prova escrita e uma prova didática, realizadas no Distrito Federal, na Faculdade Nacional de Filosofia ou na Faculdade de Filosofia do estado em que o requerente exercesse o magistério. Na falta desta, poderiam também ser feitos em instituições congêneres que tivessem reconhecimento pelo ensino das disciplinas específicas das provas requeridas. Após a aprovação, concedia-se uma autorização ao requerente, com um limite para o ensino de até quatro disciplinas, no prazo de um ano (BRASIL, 1946).

flexibilização do currículo, abolição da cátedra e adoção de jornada integral para o corpo docente (FÁVERO, 2006; SAVIANI, 2010).

Fávero (2006) e Romanelli (2005) salientam que, na década de 1960, o sistema educacional brasileiro foi marcado por acordos que pactuavam convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e seus órgãos, e a *United States Agency for International Development (USAID)*. Essa agência concedia assessoria financeira e assistência técnica ao sistema educacional brasileiro, e a ela foi dada a possibilidade de influenciar no processo de organização do sistema de ensino. O governo militar da época considerava tais acordos necessários para adequar a educação ao modelo de desenvolvimento econômico industrial brasileiro, que se encontrava em expansão (FÁVERO, 2006; ROMANELLI, 2005).

Os acordos *MEC/USAID* atingiram toda a estrutura de ensino brasileiro, como por exemplo, segundo Romanelli (2005), aqueles destinados ao ensino superior: Acordo *MEC/USAID*, de 24 de junho de 1966, que envolvia uma proposta de reformulação das Faculdades de Filosofia do Brasil em virtude da expansão e do aperfeiçoamento do quadro de professores do Ensino Médio; Acordo *MEC/USAID*, de 30 de junho de 1966, que previa assessoria para modernizar a administração universitária. Uma análise dos textos desses acordos evidencia o objetivo de doutrinar e treinar os órgãos e as pessoas intermediárias brasileiras, no intuito de que a reformulação atendessem aos propósitos da educação tecnicista (ROMANELLI, 2005).

Nesse contexto, a Lei n.º 5540, promulgada em 28 de novembro de 1968, que também ficou conhecida como Reforma Universitária por ter reformulado o ensino superior, buscou responder às contradições de interesses entre a União Nacional dos Estudantes (movimento estudantil criado na década de 1930) e os dos grupos ligados ao regime militar<sup>7</sup> que buscavam adequar o ensino superior aos interesses econômicos e políticos no contexto de modernização em consonância aos requerimentos do capitalismo.

Ferreira (1983) salienta que, entre as mudanças decorrentes da Reforma Universitária, destacam-se: a divisão do grau acadêmico – licenciaturas curtas e plenas, como medida adotada, a fim de resolver a crise estudantil e mitigar o fluxo de estudantes no ensino superior –; a departamentalização da universidade; o estabelecimento de um vestibular unificado por região e a entrada por classificação, o que extingiria o problema de excedentes; a criação do ciclo básico; a matrícula por disciplinas e o regime por créditos no ensino superior. Interpretamos que, para além do objetivo de conter a demanda de alunos no ensino superior, essa reforma também foi pensada no intuito de resolver os problemas da falta de docentes para o ensino secundário e atender às reivindicações da classe média que lutava por acesso ao ensino superior.

Após a Reforma Universitária, foi promulgada a reforma do ensino de primeiro e segundo graus, por intermédio da Lei n.º 5692/71, igualmente atrelada aos propósitos dos acordos *MEC/USAID*. Tal lei propunha integrar a escola elementar e média e aumentar a oferta de ensino fundamental, associado a algum treinamento para atender às necessidades da indústria. A partir de 1971, de acordo

---

<sup>7</sup> Período de governo autoritário (1964 a 1985) marcado por privatização do ensino, pelo tecnicismo na educação, além de uma forte censura aos meios de comunicação e aos artistas, repressões ao movimento estudantil, bem como a movimentos sociais e atitudes individualizadas que fossem consideradas subversivas, ou seja, contrárias ao que defendia o governo (GUIRALDELLI, 2016).

com essa lei o professor formado em Curso de Licenciatura Curta, em um período mais curto que a Licenciatura Plena, poderia ensinar em todo o Ensino de 1.º grau. Além disso, a citada lei extinguiu o exame de admissão<sup>8</sup>, o que contribuiu para ampliar o quantitativo de alunos a partir da 5.ª série do ensino de 1.º grau e a demanda de professores com formação superior para esse nível de ensino.

Diante do exposto sobre as reformas, implementadas com base nas Leis n.º 5540/68 e a de n.º 5692/71 e conforme expõe Viñao Frago (2002), podemos inferir que elas se caracterizaram como movimentos pendulares de avanços e retrocessos, ao considerarmos aspectos como a democratização do ensino, a organização do ensino superior e a qualidade do ensino.

Nesse contexto de reformas, ocorreu o processo de expansão da educação superior na Bahia. Boaventura (2009) afirma que foi, a partir da década de 1960, que as instituições de ensino superior começaram a se expandir nesse estado. Surgiram, por exemplo, a Universidade Católica de Salvador (UCSal), em 1961 e, em seguida, as quatro Faculdades de Formação de Professores, em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Alagoinhas e Jequié, no final dessa década, em virtude da carência de professores com formação superior para atender à demanda do ensino pós-primário que se expandia no contexto de desenvolvimento econômico do estado e em decorrência das contribuições do salário-educação<sup>9</sup>. A criação de tais instituições, responsáveis pela formação de professores marcou uma das etapas do processo de profissionalização docente (NÓVOA, 1995) em diversas cidades da Bahia.

Essa expansão aconteceu, especialmente, com respaldo na Lei n.º 1802, de 25 de outubro de 1962, que estabeleceu a criação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Jequié, Vitória da Conquista, Ilhéus, Feira de Santana, Juazeiro e Caetité. Porém, ao serem implantadas, foram denominadas Faculdades de Formação de Professores. Segundo conta Bispo (2000), essa lei, promulgada em homenagem ao aniversário de Jequié, foi resultante de um projeto do Deputado Newton Pinto de Araújo, o qual exercera mandato de prefeito em Jequié e era morador da cidade.

Tais faculdades destinaram-se a formar professores para o magistério secundário, desenvolver a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior da Bahia. Deveriam ser organizadas e funcionar de acordo com a legislação federal (BAHIA, 1962). Mas o que levou Jequié a ser inserida entre as cidades, da Bahia, contempladas com uma Faculdade? É o que veremos a seguir.

### 3.2 Cenário político, econômico e educacional de Jequié, nas décadas de 1960 e 1970

Segundo Araújo (1997), Daniel Andrade esteve na gestão do município de Jequié, no período de 1963 a 1967. Durante esse tempo, ele “voltou-se para os problemas de saneamento, saúde pública,

---

<sup>8</sup> Em qualquer escola do País, exigia-se aprovação no exame de admissão para o ingresso na 1.ª série do ginásial, de acordo com a legislação (LANDO, 2012). Em Jequié, um dos objetivos do ensino primário era preparar os alunos para esse exame. Nessa cidade, a reprovação no citado exame se dava, principalmente, na prova da disciplina de Matemática (SANTOS, 2018).

<sup>9</sup> O salário-educação consistia em uma fonte de recursos para a educação primária, proveniente da contribuição de empresas. Esses recursos eram recolhidos ao Instituto [de Previdência Social] ou Instituições de Aposentadoria e Pensões a que estivessem vinculados, um valor correspondente a uma cota para cada empregado, com o objetivo de expandir o ensino primário (ROMANELLI, 2005).

assistência social, asfaltamento de vias públicas e melhoria nas sedes dos distritos” (ARAÚJO, 1997, p. 424). Ainda de acordo com esse autor, com o início da Ditadura Militar, como Daniel Andrade fez oposição a esse governo, Jequié, assim como outros municípios, passou por uma série de medidas de repressão.

Após a gestão do governo de Daniel Andrade, foram empossados como prefeito e governador da Bahia, Waldomiro Borges e Luís Viana Filho, respectivamente, ambos do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), no período de 1967 a 1971 (ARAÚJO, 1997). De acordo com Araújo (1997), na gestão de Waldomiro Borges foram realizadas várias obras, no entanto, apesar de apoiar o governo estadual, não foi nessa gestão que a FFPJ foi implantada.

No âmbito da Bahia, por volta de 1968, durante o governo estadual de Luiz Viana Filho, foi criado o Plano Integral da Educação e Cultura (PIEC), com base na Lei Orgânica do Ensino — Lei n.º 2463 de 13 de setembro de 1967 —, na Reforma Administrativa da Secretaria da Educação e Cultura — Lei n.º 2464 de 13 de setembro de 1967 —, e na Lei do Estatuto do Magistério Público do estado da Bahia — Lei n.º 2521, de 23 de fevereiro de 1968. O PIEC se constituiu em um plano de trabalho, elaborado a partir de estudos, pesquisas e análises; proposto com a intencionalidade de orientar a execução da política educacional do estado e responder às preocupações comuns com relação ao Nordeste e às deficiências do sistema de ensino (BAHIA/PIEC, 1968).

Esse plano, em consonância com as políticas educacionais em âmbito federal, apresentava, como uma de suas metas, a ampliação da educação básica e do ensino superior no interior do estado, em cidades que fossem identificadas como polos em desenvolvimento<sup>10</sup>, no contexto nacional desenvolvimentista (FERREIRA, 2017).

O governo de Waldomiro Borges, conforme pontuamos, já indicava alguns avanços em Jequié que a colocava como cidade em desenvolvimento. Na segunda gestão de Daniel Andrade, no período de 1971 a 1973, foram concluídas as obras da prefeitura e do estádio municipal, além de ser construída uma escola de ensino médio (ARAÚJO, 1997).

Algumas matérias do **Jornal Jequié**, publicadas no final da década de 1960, anunciavam as obras realizadas nessa gestão, dentre elas destacamos a que fez uma retrospectiva do ano 1971 e apontava a realização das seguintes obras: asfaltamento do entorno do prédio da prefeitura; iluminação da ponte Theodoro Sampaio; construção de arquibancadas no estádio; construção da rodovia Jequié-Florestal, a qual se tornou Jequié-Gandu; aprimoramento de serviços de limpeza por parte do poder público; obras em fase de desenvolvimento nos distritos; construção da infraestrutura do Centro Cívico Antônio Carlos Magalhães; entrega do palácio do município com todo mobiliário, aparelhamento de ar condicionado, sistema telefônico e de interfones; criação do plano para a construção do Centro Industrial de Jequié (JORNAL JEQUIÉ, 1971a).

O citado jornal também apresentava suas expectativas com relação à entrega de obras que seriam concretizadas no ano vindouro, a saber: a instalação do Distrito Industrial; a estrada Contendas-

---

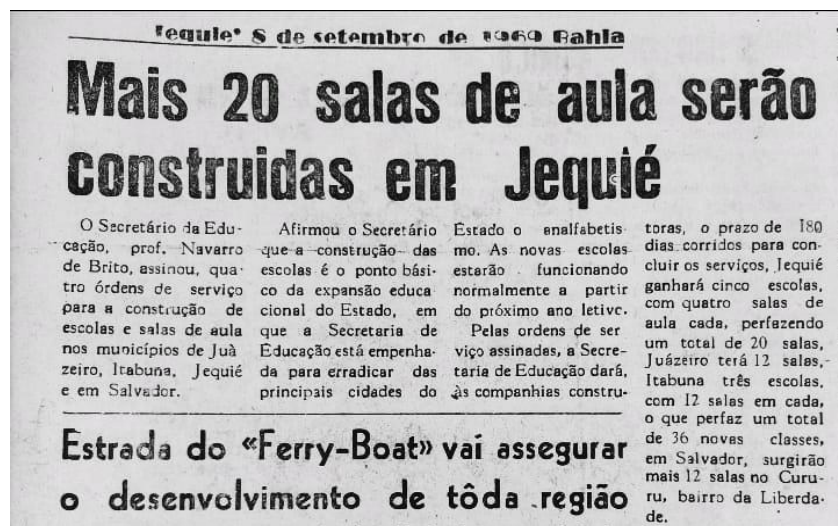
<sup>10</sup> Eram consideradas polos de desenvolvimento as cidades que tivessem um bom nível de desenvolvimento econômico e alto índice populacional, além de considerar a demanda educacional e a posição geográfica de tais cidades. O apoio político ao governo vigente também era um fator preponderante para a conquista de uma Faculdade no interior (BISPO, 2000).



Brumado; a construção do Fórum no Centro Cívico Antônio Carlos Magalhães; a construção de uma nova estação rodoviária; e a instalação da Faculdade de Educação (JORNAL JEQUIÉ, 1971a).

Os noticiários relacionados a Jequié também revelavam indícios de investimento na educação, como podemos ver na Figura 1.

**Figura 1** – Anúncio de construção de 05 escolas em Jequié



Fonte: Jornal Jequié (1969a, p. 03)

Além da construção de cinco escolas, perfazendo um total de vinte salas de aulas, anunciadas na Figura 1, a cidade foi contemplada, entre as décadas de 1960 e 1970, com um Centro Integrado de Educação<sup>11</sup>(JORNAL JEQUIÉ, 1969b, p. 01)<sup>12</sup> e com um Ginásio Polivalente<sup>13</sup>. Tais obras amplificaram a necessidade de um corpo de professores qualificados, além de coordenadores, diretores e supervisores.

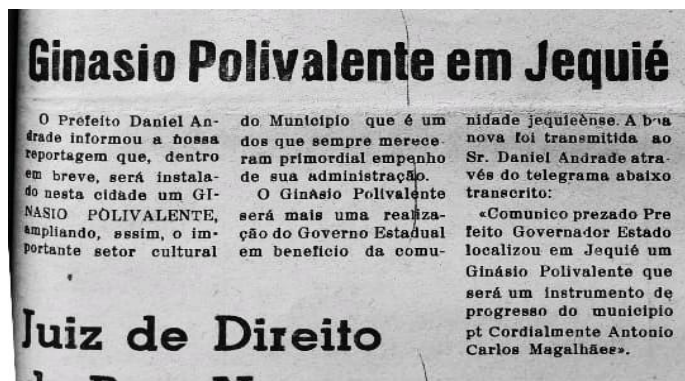
O Colégio Polivalente chegou à cidade de Jequié no início da década de 1970 (Figura 2).

<sup>11</sup> Segundo Diniz (2021), os Centros Integrados de Educação (CIE) se constituíram em escolas públicas criadas pelo PIEC, instalados em cidades consideradas polos de desenvolvimento econômico e geográfico, com a proposta de um currículo científico, humanista e propedêutico. Eles tencionavam fornecer ensino desde o nível primário ao secundário para alavancar a expansão do sistema educacional na Bahia e preparar os indivíduos para atender às necessidades do mercado de trabalho.

<sup>12</sup> A matéria do **Jornal Jequié** que indica na página 14, a criação da Faculdade em Jequié, também relata sobre a construção do Centro Integrado.

<sup>13</sup> Os Ginásios Polivalentes se expandiram no contexto da reforma tecnicista da educação, na década de 1970, em decorrência dos acordos MEC-USAID; instalados em cidades consideradas polos de desenvolvimento econômico, com o objetivo de serem centros de educação vocacional de excelência para jovens, proporcionar mão de obra qualificada para a sociedade na conjuntura de desenvolvimento industrial, em consonância ao que estabelecia a Lei n.º 5692/71 (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2020; MOURA, 2023; SOARES, 2015).

Figura 2 – Notícia sobre a instalação de um Ginásio Polivalente em Jequié.



Fonte: Jornal Jequié (1971b, 01)

O crescimento do quantitativo de escolas, provavelmente, foi motivado em virtude do aumento de estudantes. Já havia em Jequié, desde a década de 1950, um Ginásio Público, inicialmente denominado Ginásio Estadual de Jequié e, posteriormente, Instituto de Educação Régis Pacheco (IERP), o qual passou a ter uma Escola Normal anexa, em 1959 (SANTOS, 2018).

Como muito bem afirma Santos (2018), o crescimento econômico de Jequié teve início com a construção da estrada de ferro, no início da década de 1920. Tal empreendimento igualmente contribuiu para colocar a cidade em posição geográfica favorável e para o investimento na sua área educacional. Segundo Bispo (2000), na década de 1960, Jequié continuava com uma posição geográfica privilegiada, pois era entroncamento entre caminhos de diversas cidades circunvizinhas.

Ainda sobre o aspecto educacional de Jequié, Santos (2018), ao abordar sobre a formação matemática dos professores do Curso Normal do IERP, assinala que todos os professores desse curso, por não possuírem formação específica para o ensino secundário, fizeram um aperfeiçoamento oferecido pela CADES. Ao final do curso, o cursista recebia uma autorização para exercer a docência nesse nível de ensino. Uma das discentes do Curso Normal do IERP, destaca que:

**(01) Professora Magnólia Santana de Farias:** Bom, eu me formei em 62 no IERP, fui da segunda turma do Magistério. [...] Depois eu fui pra Salvador fiz um curso que chamava CADES, ele dava o direito a você de ensinar no ginásio. Depois, quando voltei a Jequié, fui nomeada para ensinar matemática no IERP, aí ensinei, fiz concurso, um que abriu especialmente para matemática, foram aprovados três dos professores da época e eu fui uma das três e permaneci até me aposentar.

A fala dessa professora deixa claro que na falta de professores com habilitação específica no ensino pós-primário do município de Jequié, professores com formação em Magistério assumiam a função mediante a apresentação de certificado que comprovasse a conclusão de um curso de curta duração, oferecido pela CADES. Sobre tal conjuntura, um dos professores da FFPJ salienta:

(02) **Jorge Barros:** Hoje não, mas quando nós chegamos aqui tinha professor que – porque naquela época existia o Magistério – professor de Magistério que era formado para ensinar escolas primárias ensinando no segundo grau.

Embora a demanda educacional fosse grande, no município de Jequié, até a primeira metade da década de 1970 não havia professores com formação de nível superior para ensinar matemática, após a 4.<sup>a</sup> série do ensino de 1.<sup>o</sup> grau.

Tais informações indicam que Jequié se encaixava no perfil caracterizado pelo PIEC, ou seja, ela tinha um nível de desenvolvimento econômico, um elevado índice populacional, uma boa localização geográfica e uma demanda educacional. Em síntese, tudo isso colocava Jequié como polo de desenvolvimento (BISPO, 2000).

### 3.3 Movimentos locais em prol da implantação da Faculdade de Formação de Professores de Jequié

Embora a criação da FFPJ tenha sido determinada legalmente em 1962, por intermédio da lei n.º 1802, publicada aos 25 dias de outubro do ano citado, somente na segunda metade da década de 1970 ela veio a iniciar suas atividades, entretanto sua necessidade estava explícita, conforme pontua Rabelo<sup>14</sup> (2001, p. 359), ao afirmar:

Como toda cidade de médio porte do interior, inclusive Conquista, Itabuna, Ilhéus, Feira de Santana, Alagoinhas, Juazeiro e tantas outras, Jequié sentia a necessidade de implantação do ensino superior, devido às dificuldades que os jovens encontravam para chegar à universidade e pela saturação natural na capital do Estado, no que diz respeito ao número de vagas.

Essa necessidade aumentava à medida que se investia nos níveis de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus, o que contribuiu com a ratificação da necessidade de implantar uma Faculdade de Formação de Professores em Jequié.

De acordo com Araújo (1997), Daniel Andrade foi empossado no cargo de prefeito em abril de 1963 – um ano após a promulgação da Lei n.º 1802/62 –, e passou a governar a cidade no mesmo período em que o governador Lomanto Júnior – ex-prefeito de Jequié – estava na gestão governamental do estado baiano (1963-1967). Araújo (1997) ainda afirma que Daniel Andrade foi eleito com o apoio da oposição de Lomanto Júnior e, desde o início de sua gestão, assumiu uma postura contrária ao citado governador do estado, o que resultou em uma barreira para a aquisição de recursos oriundos do governo estadual para Jequié.

---

<sup>14</sup> Milton Rabelo foi o principal responsável pela implantação da FFPJ. Recorremos ao relato de Milton Rabelo em um livro que contém vários relatos de professores da citada instituição, pelo fato de não podermos entrevistá-lo, já que ele é falecido.

Posteriormente, como mencionamos anteriormente, foi eleito prefeito de Jequié, o fazendeiro Waldomiro Borges de Souza, candidato do Arena – partido político que apoiava a Ditadura Militar. Durante esse período, algumas obras foram realizadas em Jequié, conforme explicitamos no tópico anterior. Em seguida, Daniel Andrade, candidato do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), voltou a governar Jequié, no período de 1971 a 1973. Durante essa gestão, era governador do estado Antônio Carlos Magalhães, candidato do Arena, ou seja, mais uma vez Daniel Andrade assumia uma gestão contrária ao governo estadual (ARAÚJO, 1997).

Desse modo, considerando o tempo que Daniel Andrade esteve como prefeito de Jequié e a grande distância temporal entre a data da lei que estabelecia a criação de uma faculdade em Jequié e a data de sua efetiva existência; acreditamos que comportamentos impregnados de pessoalidade na gestão pública podem ter repercutido para travar a implantação da FFPJ em um espaço menor de tempo. Ressaltamos que a Faculdade de Formação de Professores de Feira de Santana e de Vitória da Conquista iniciaram suas atividades em 1968 e 1970, respectivamente, ou seja, não sofreram a morosidade experienciada em Jequié. (FERREIRA, 2017; SANTANA, 2011).

Os dois mandatos dos prefeitos seguintes, Landulfo Caribé (1973-1977) e Walter Sampaio (1977-1981), tinham o apoio do governo estadual de Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães, respectivamente, por serem do mesmo partido, o Arena.

No cenário de espera pela implantação do nível superior em Jequié, o **Jornal Jequié** buscou exaltar o papel dos Cursos de Licenciaturas Curtas, afirmando: as “licenciaturas da curta duração com incentivos salariais estimulam o professor a descentralizar-se e partir em prol de uma promoção coletiva, com trabalhos em comunidades, numa verdadeira batalha de conscientização” (JORNAL JEQUIÉ, 1971c, p. 03).

Com anúncios nessa perspectiva, conjecturamos que o **Jornal Jequié** estimulava os jovens da cidade, aspirantes ao ensino superior, a esperarem com boas expectativas os Cursos de Licenciaturas Curtas, a partir do destaque do potencial de tais cursos para o mundo do trabalho e do papel social que desempenhavam.

Os anúncios apresentados pelo **Jornal Jequié**, a respeito dos Cursos de Licenciaturas Curtas, tinham um papel relevante para legitimar a política educacional da Ditadura militar, especialmente se considerarmos que tais cursos eram criticados por cientistas e estudiosos da época, por se caracterizarem como aligeirados e emergenciais, com currículo deficitário e descontextualizado, ensino fragmentado e sem correlação entre a teoria e a prática (BISPO, 2000; CHAPANI, 2012; FERREIRA, 1983).

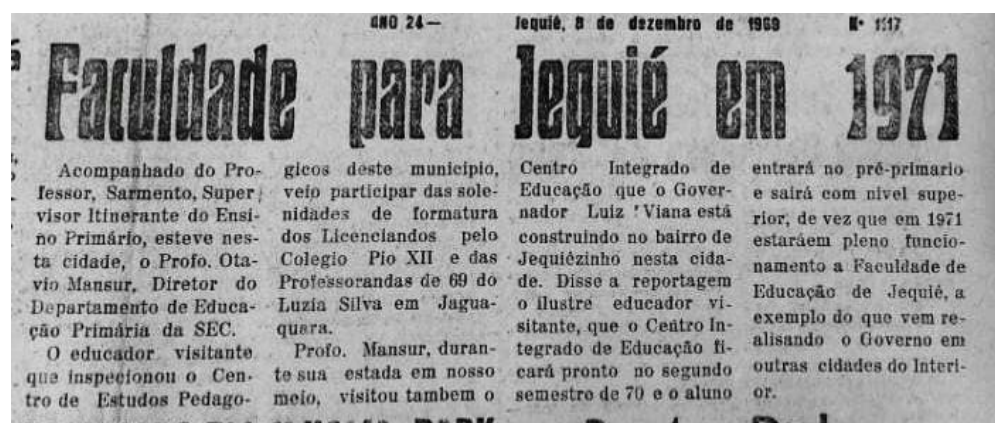
O **Jornal Jequié** também apresentou a FFPJ como única possibilidade de acesso ao ensino superior dentro da cidade, uma vez que, ao se referir à assinatura do convênio para essa Faculdade, pelo prefeito Daniel Andrade, afirmou que “[...] é mais importante assinar convênio para construção da Faculdade de Educação que vai funcionar, que criar universidades que jamais funcionarão” (JORNAL JEQUIÉ, 1971d, p. 01).

A citada matéria menciona o nome do Dr. Milton de Almeida Rabelo como um dos presentes no ato da assinatura do convênio. De acordo com Rabelo (2001), ele foi designado como responsável pelo processo de organização e implantação do ensino superior em Jequié. Conjecturamos que essa

nomeação tenha ocorrido em virtude de uma pressão local por considerar que, em outras cidades, como Vitória da Conquista e Feira de Santana, as Faculdades de Formação de Professores já se encontravam em funcionamento. Outro fator importante é que a gestão municipal estava articulada com o governo estadual. A esse respeito, Araújo (1997) ressalta que Landulfo Caribé foi eleito, quando fazia parte da oposição, mas passou a apoiar o governo militar, após ser eleito.

O **Jornal Jequié** também anunciou a chegada da Faculdade em Jequié, como manchete, em 1969, como ilustra a Figura 3:

**Figura 3** – Notícia sobre a implantação da FFPJ



**Fonte:** Jornal Jequié (1969b, p. 01)

Tal anúncio pode ter contribuído não só para criar na população uma boa expectativa, como também para exercer uma pressão, que desencadeou em uma tomada de providências por parte do governador Antônio Carlos Magalhães para que a Faculdade de Formação de Professores fosse implantada em Jequié, tendo sido nomeado como organizador, Milton Rabelo (RABELO, 2001).

Juntamente com o anúncio da chegada da Faculdade em 1971, a matéria evidencia o prestígio dado às solenidades de formaturas de professoras em Jaguaquara e ao crescimento de instituições educativas na cidade. A exemplo disso, cita a construção do Centro Integrado de Educação, no bairro Jequeizinho, exatamente nesse estabelecimento em que a Faculdade de Formação de Professores foi implantada (BARROS, 2023; MACÊDO, 2023). Ao relembrar os primeiros anos de existência da FFPJ, um dos colaboradores afirma:

**(03) Professor Jorge Barros:** a coisa era tão precária que o curso superior foi ministrado numa sala de aula do antigo Centro Integrado, quando eu cheguei aqui toda essa área do pavilhão administrativo, aqui da UESB, era do Centro Integrado. A segunda parte do Centro Integrado, que correspondia a esse pavilhão de aulas foi tomado em 1998, na verdade foi em 99, porque em 98 começou a construção do Luiz Viana Filho. O Centro Integrado hoje é o Colégio Estadual Luiz Viana Filho.

E Rabelo (2001, p. 360) conta que:

O prédio não fora construído para faculdade, era um apêndice do Instituto Luís Viana Filho, um colégio orientado para o trabalho. Eu estive no prédio e perguntei quem estava lá dentro e, como ninguém me respondeu, eu entrei, e, por ter a autorização do governador para ocupar qualquer prédio do Estado, eu o fiz e nós ficamos com esse patrimônio.

Esse Centro Integrado foi entregue à população jequieense na década de 1970, sendo assim, por considerar que foi nessa instituição onde se instalou a FFPJ e que o trabalho desenvolvido por Milton de Almeida Rabelo, no processo de organização e implantação do ensino superior se deu de 1972 a 1977 (RABELO, 2001), podemos inferir que a falta de um local para instalar a citada faculdade também pode justificar a morosidade do processo de sua implantação.

A princípio, a FFPJ não ocupou toda a estrutura do prédio do Centro Integrado Luís Viana Filho. Uma das alunas da primeira turma do Curso de Licenciatura Curta em Ciências, ao lembrar a gênese da instituição afirma que:

**(04) Maria Telma de Souza Gargano:** A faculdade era bem pequenininha, bem resumida, porque só tinha 30 alunos. [...] era uma turma só. Tinha 30 alunos na UESB, depois de um semestre foi que veio a turma de Letras.

O primeiro professor de Matemática do curso em questão, ao falar sobre o processo de implantação da FFPJ, explica que:

**(05) Rui Macêdo:** O governador autorizou a liberação de salas de aula em um anexo e foi implantada. E partiu do zero, para a biblioteca solicitamos livros para toda a comunidade, a questão de quadro negro, de cadeira, tudo. Foi realmente tudo pela comunidade. Milton Rabelo ia para o comércio, quando chegava nas portas das lojas o pessoal já se escondia dele, porque o pessoal já sabia que ele ia pedir. [Risos]

A fala de Rui Macêdo deixa claro, portanto, que a comunidade local teve papel fundamental no processo de aquisição dos recursos materiais para iniciar as atividades na FFPJ e que Milton Rabelo foi o protagonista dessa história, mas ele também contou com o apoio de outras pessoas. Entre os nomes citados por Milton Rabelo como colaboradores nesse processo de implantação do ensino superior em Jequié estão: Lícia Regina, que esteve na direção do Departamento de Ensino Superior (Desap), na

época; e o professor Roberto Santos<sup>15</sup>, que teve grande participação na conquista da autorização dos cursos de Licenciaturas Curtas em Ciências e em Letras (RABELO, 2001).

Para constituição do corpo docente da instituição, Macêdo (2023) fala:

**(06) Rui Macêdo:** Quando surgiu a ideia de criar um curso superior em Jequié, o professor Milton Rabelo, que estava montando o projeto, soube que eu tinha uma pós-graduação, então me solicitou, por várias vezes, que eu entregasse meu currículo para ser incluído no processo de autorização do curso. [...], eu fui inscrito nas duas opções, em Geociência e Matemática.

Além do seu currículo, o professor Rui Macêdo esclarece que Milton Rabelo também solicitou o currículo de outros professores. De acordo com o professor da FFPJ:

**(07) Carlos Alberto Andrade Freitas:** o principal articulador da implantação do ensino superior em Jequié foi Milton Rabelo, recolheram currículos de profissionais liberais, pessoas de nível superior e esses currículos foram para Salvador<sup>16</sup>, lá eles fizeram a seleção onde se montou a Faculdade de Formação de Professores.

Ainda sobre o processo de implantação da FFPJ, Macêdo (2023) conta:

**(08) Rui Macêdo:** [...] todos os professores que tinham sido selecionados para o curso superior em Jequié tinham que fazer o curso de Pós-Graduação, Especialização em Conteúdos e Métodos do Ensino Superior em Ciências [...]. Esse curso foi lá em Salvador, começamos no segundo semestre por isso.

E assim, após várias mobilizações no sentido de organizar os recursos materiais e humanos necessários, aos 22 dias do mês de agosto de 1977, ocorreu a aula inaugural do Curso de Licenciatura Curta em Ciências, na inauguração da FFPJ. Posteriormente, a FFPJ passou a ofertar também o Curso de Licenciatura Curta em Letras e Enfermagem (BISPO, 2000; MACÊDO, 2023). Apesar de pequena, essa instituição representou uma mudança de vida para aqueles que desejavam cursar o nível superior, mas, por algum motivo eram impossibilitados, como, por exemplo, a estudante Maria Telma, a qual salienta:

**(09) Maria Telma de Souza Gargano:** o que me levou a fazer o Curso de Licenciatura Curta foi que eu tinha me formado em professora, naquela época a gente fazia o Curso Normal, em 1968. E fiquei esse período todo sem estudar e também sem trabalhar. Quando veio a faculdade pra aqui, que abriu o

---

<sup>15</sup> Governador do estado da Bahia no período de 1975 a 1979, eleito pela Assembleia Legislativa, de forma indireta, com maioria dos votos do Arena (BISPO, 2000).

<sup>16</sup> Segundo Macêdo (2023), quem direcionava esse curso era o Desap.

primeiro vestibular, eu me inscrevi. Fiz o vestibular, passei. E comecei a estudar pensando em fazer um concurso pra o estado e começar a ensinar na rede estadual da Bahia.

O citado curso permitia à FFPJ formar profissionais generalistas que pudessem ministrar diferentes disciplinas e, além de promover formação inicial, também habilitava professores leigos em atuação, contudo era desvalorizado na comunidade (MACÊDO, 2023). Segundo rememora Macêdo (2023):

**(10) Ruy Macêdo:** A comunidade ficava: – Existe essa Licenciatura Curta? A interrogação era essa, não se ouvia falar lá em Salvador. – Como é isso? Tem algum valor? E assim ia. Então se trabalhava muito nisso, tanto é que a primeira formatura o paraninfo foi o secretário da educação com o objetivo de que, dissessem assim: – Tá vendo que é válido? Quem veio foi o secretário da educação, Eraldo Tinôco, se fosse uma coisa que não tivesse valor o secretário da educação não teria vindo.

Nessa época, as críticas direcionadas aos Cursos de Licenciaturas Curtas podem ter contribuído para sua pouca procura e por essa visão depreciativa por parte da comunidade, uma vez que era um curso distinto do ofertado na capital baiana. Apesar da representação negativa que o curso tinha na cidade, fica evidente, nas duas falas anteriores, que a apropriação dos discursos e práticas dos discentes e professores se dava em um contexto de contradições entre os que defendiam o citado curso e aqueles que o criticavam.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Universitária (Lei n.º 5540/68) e a Reforma do 1.º e 2.º graus (Lei n.º 5.692/71) tiveram relevância no processo de expansão do ensino superior, em especial para implantar os cursos de Licenciaturas Curtas. No âmbito da Bahia, além das citadas leis, o PIEC e a Lei n.º 1802/62 também se destacaram no processo de implantação de Cursos de Licenciaturas Curtas no interior da Bahia.

Embora a lei que estabeleceu a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, na Bahia, tenha sido promulgada em 1962, devido a fatores como questões políticas e a falta de recursos, a FFPJ só foi estabelecida, efetivamente, em 1977, sob o protagonismo do professor Milton Rabelo e com a ajuda da comunidade jequiense.

Em consonância ao que concebe Viñao Frago (2002), identificamos que tais reformas se constituíram em tentativas de mitigar a crise estudantil, resolver os problemas relacionados à falta de docentes para o ensino pós-primário e dar uma resposta às reivindicações da classe média por acesso ao ensino superior. Contudo, estudos apontam alguns problemas oriundos dessas reformas, entre os quais a consolidação da fragmentação desse nível de ensino e, por sua vez, a hierarquização do trabalho e da sociedade, tanto econômica como culturalmente.



As apropriações dos discursos de tais reformas, bem como as práticas e as representações dos atores envolvidos no processo de formação docente da FFPJ se configuraram como um contexto de disputas e contradições. Em assim sendo, as falas dos colaboradores evidenciam que, apesar das influências de discursos depreciativos com relação ao Curso de Licenciatura Curta ofertado na FFPJ, não foram anuladas as possibilidades de outras formas de apropriações.

Em Jequié, o Curso de Licenciatura Curta representou a gênese do ensino superior nesse município. O citado curso foi implantado em um contexto de expansão do ensino superior no estado baiano e quando Jequié se caracterizava por ser um polo de desenvolvimento, em virtude de seu crescimento no âmbito econômico, do elevado índice populacional, de sua posição geográfica e da grande demanda educacional.

Esse curso representou um papel importante no processo de formação do professor de matemática e, possivelmente, modificou a realidade educacional do município, uma vez que os professores que até então atuavam a partir da 5.<sup>a</sup> série do ensino de 1.<sup>o</sup> grau não tinham formação específica em nível superior. Em suma, a implantação da FFPJ teve grande relevância, pois, por intermédio do curso em questão, foi responsável pela formação do professor polivalente para atuar no ensino de 1.<sup>o</sup> grau.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Êmerson Pinto de. **Capítulos da história de Jequié**. 1. ed. Salvador: EGB editora, 1997.
- BAHIA, Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. **Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC)**, v. 01, Centro de Estudos e Planejamento, 1968.
- BAHIA. **Lei n.º 1802, de 25 de outubro de 1962**. Cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências. Palácio do Governo do Estado da Bahia, 25 de out. 1962.
- BARROS, Jorge. **Jorge Barros: depoimento** [26 maio 2023]. Entrevistadora: Cleide Selma Pereira dos Santos. Jequié, Ba, 2023. Gravação digital (127min e 06s). Depoimento concedido para a pesquisa de Doutorado sobre a formação pedagógica para o ensino de matemática ofertada no Curso de Licenciatura Curta em Ciências de Jequié.
- BISPO, Maria das Graças. **A trajetória da UESB, campus de Jequié, no olhar de seus atores**. 2000. 93 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BRASIL. Atos do Govêrno. Decreto-lei n.º 8777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sôbre o registro definitivo de professôres de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil**. Ano LXXXV, n. 20, Seção 1, 1946.
- BRASIL. Lei n.º 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**,

publicado em 28 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, publicado em 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Lei n.º 79 130, de 17 de janeiro de 1977. Autoriza o funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Jequié, com sede na cidade de Jequié, estado da Bahia. **Diário Oficial da União**, publicado em 18 jan. 1977. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/54801-autoriza-o-funcionamento-da-faculdade-de-formauuo-de-professores-de-jequie-com-sede-na-cidade-de-jequie-estado-da-bahia.htm>. Acesso em: 16 maio 2022.

CHAPANI, Daisi Teresinha. A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 12, n. 1, p. 145-166, jan./abr. 2012.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manoela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

DINIZ, Ivanise Gomes Arcanjo. **História dos cursos técnicos dos Centros Integrados de Educação na Bahia: Matemática, saberes e práticas docentes (1970-1982)**. 2021. 205 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2021.

FARIAS, Magnólia Santana de. **Magnólia Santana de Farias: depoimento** [15 jun. 2017]. Entrevistadora: Cleide Selma Pereira dos Santos. Jequié, Ba, 2017. Gravação digital (58m e 04s). Depoimento concedido para a pesquisa sobre a formação pedagógica para o ensino de matemática ofertada no Curso de Licenciatura Curta em Ciências de Jequié.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma de 1968. **Educar**, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCMlSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2022.

FERREIRA, Eunice Freitas. Licenciatura de curta duração: solução emergencial ou definitiva? **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 2, n. 3, p. 155-163, 1983. Disponível em: [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/3/licenciatura\\_de\\_curta\\_duracao.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/3/licenciatura_de_curta_duracao.pdf). Acesso em: 02 fev. 2022.

FERREIRA, Joubert Lima. **Fios, retalhos e pontos: tecituras sobre a profissionalização docente em Matemática em Feira de Santana (1970-1991)**. 2017. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Instituto de Física, UFBA/ UEFS, Salvador, 2017.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda; ARAÚJO, Jorge Eduardo Lima. O Ginásio Polivalente de Alfenas e os vestígios das práticas escolares (1971-1979). **Revista de História da UEG**, v.9, n. 2, p. e922023, 2020. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/10442/7831>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FREITAS, Carlos Alberto Andrade. **Carlos Alberto Andrade Freitas: depoimento** [14 jun. 2023]. Entrevistadora: Cleide Selma Pereira dos Santos. Jequié, Ba, 2023. Gravação digital (85min e 16s).

Depoimento concedido para a pesquisa de Doutorado sobre a formação pedagógica para o ensino de matemática ofertada no Curso de Licenciatura Curta em Ciências de Jequié.

GARGANO, Maria Telma de Souza. **Maria Telma de Souza Gargano**: depoimento [05 maio 2023]. Entrevistadora: Cleide Selma Pereira dos Santos. Jequié, Ba, 2023. Gravação digital (63min e 54s). Depoimento concedido para a pesquisa de Doutorado sobre a formação pedagógica para o ensino de matemática ofertada no Curso de Licenciatura Curta em Ciências de Jequié.

GUIRALDELLI JR., Paulo. **Introdução à educação escolar brasileira**: história, política e filosofia da educação [versão prévia]. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Introdu-Edu-Bra.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Introdu-Edu-Bra.pdf). Acesso em: 05 maio 2022.

JORNAL JEQUIÊ. **Mais 20 salas de aula serão construídas em Jequié**. ano 24, n. 1105, 08 set. 1969a.

JORNAL JEQUIÊ. **Faculdade para Jequié em 1971**, ano 24, n. 1116, 08 ez.1969b.

JORNAL JEQUIÊ. **Retrospectiva do ano 1971, perspectivas para o novo ano**. Ano XXVI, n. 1220, 13 dez. 1971a.

JORNAL JEQUIÊ. **Ginásio Polivalente em Jequié**, ano XXVI, n.1219, 06 dez. 1971b.

JORNAL JEQUIÊ. **Educar é desenvolver**, ano XXVI, n. 1216, 15 nov.1971c.

JORNAL JEQUIÊ. **Assinatura do Convênio para Faculdade de Educação**. Ano 26, n. 1214, 01 de nov.1971d.

LANDO, Janice Cassia. **Práticas, inovações, experimentações e competências pedagógicas das professoras de matemática no Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia (1949- 1976)**. 2012. 307f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, UFBA/UEFS, Salvador, 2012.

LIMA, Eliene Barbosa; FREIRE, Inês Angélica Andrade; LANDO, Janice Cassia. Profissionalização do professor que ensina matemática nos diferentes níveis de formação na Bahia-Brasil: breve panorama histórico. **Revista de História da Educação Matemática**, v. 3, n. 3, p. 116-126, 25 dez. 2017.

MACÊDO, Rui. **Rui Macêdo**: depoimento [06 jun. 2023]. Entrevistadora: Cleide Selma Pereira dos Santos. Jequié, Ba, 2023. Gravação digital (165min e 61s). Depoimento concedido para a pesquisa de Doutorado sobre a formação pedagógica para o ensino de matemática ofertada no Curso de Licenciatura Curta em Ciências de Jequié.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MOURA, Luis Yago Bruno de. **Formando o espírito para o trabalho**: cultura escolar da Unidade Escolar Polivalente Desembargador Vital de Freitas, em Picos – PI (1975-1996). 2023. 243 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) - Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2023.

NASCIMENTO, Tiago Rodrigues. A criação das Licenciaturas Curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 45, p. 340 -346, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640153>. Acesso em: 23 maio 2022.

- NÓVOA, Antonio. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: NÓVOA, Antonio. (org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto: editora Porto, 1999. p.13-33.
- RABELO, Milton de Almeida. A história que ultrapassa os limites do tempo. In: VILAS BÔAS, Elzir da Costa (org.). **UESB: memória, trajetórias e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 359-363.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930- 1973)**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SANTANA, Irani Parolin. **A trajetória e a contribuição dos professores de matemática para a modernização da matemática nas escolas de Vitória da Conquista e Tanquinho (1960-1970)**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, UFBA/ UEFS, Salvador, 2011.
- SANTOS, Cleide Selma Pereira dos Santos. **História da formação docente no curso normal do Instituto de Educação Régis Pacheco (1959-1971): o ensino da matemática em foco**. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) - UESB, Jequié, 2018.
- SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, v. 08, n. 02, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- SOARES, Flávia. **Movimento da Matemática Moderna no Brasil: Avanço ou Retrocesso?**. 2001. 202f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos: culturas escolares e reformas**. trad. Manuel Alberto Vieira; rev. Ricardo Brito. Mangualde: Pedago, 2007.

Recebido em: 31 de julho de 2023.

Aprovado em: 6 de outubro de 2023.

Link/DOI: <https://doi.org/10.30681/rebs.v14i3.11505>

---

<sup>i</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Técnica Administrativa em Educação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História, Educação e Matemática (Nephemat). Jequié, Bahia, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0851-6688>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2628188379664604>

Email: [cleideselma10@gmail.com](mailto:cleideselma10@gmail.com)

<sup>ii</sup> Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia, Professora Titular na área de Educação Matemática da UESB e Docente Permanente do PPG-ECFP, uma das líderes do Nephemat. Jequié, Bahia, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9995-3706>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6491679470064470>

Email: [janicelando@gmail.com](mailto:janicelando@gmail.com)